

TRT-PE Capacita Servidores para nova realidade do PJe



Rotinas mecânicas como carimbar, rubricar estão desaparecendo com o PJe. Por isso, o presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo Andrade, está implantando um programa de capacitação para aprimorar a qualificação profissional de um grupo de servidores habituados durante anos à execução dessas atividades burocráticas, já que a atuação no PJe exige conhecimentos específicos na área jurídica e tecnológica.

Leia mais. P. 05

Ação contra o trabalho infantil

p. 07

Regulamentação do emprego doméstico

Entrevista com a desembargadora Nise Pedroso

p. 04

Bom desempenho na Vara de Salgueiro

p. 03

Processo Eletrônico Será 100% Instalado até Junho



Grças aos esforços de intensificar as inaugurações do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJE-JT), o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) atingiu, no final do ano passado, o dobro da meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de instalação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJE-JT) no estado. Isso significa que a nova plataforma passou a funcionar em

56 das 67 Varas do Trabalho (VTS) de Pernambuco.

Com a retomada das instalações em maio deste ano, o Tribunal atinge em junho próximo a marca de 100% das Varas com PJe.

Veja relação de varas e data de inauguração do PJe em 2014.

O planejamento traçado pelo Tribunal e a política de capacitação de magistrados e servidores, implementada pela Escola Judicial

do TRT6, vêm possibilitando, desde setembro de 2012, implantações tranquilas e com boa aceitação

dos operadores do direito, que se adaptam ao novo sistema processual sem grandes dificuldades.

Catende	05/04/2014
Garanhuns	07/05/2014
Pesqueira	08/05/2014
Belo Jardim	08/05/2014
Goiana	12/05/2014
Timbaúba	19/05/2014
Carpina e Limoeiro (Termo Judiciário de Surubim)	26/05/2014
Araripina	03/06/2014
Salgueiro (Termo Judiciário de Floresta)	04/06/2014
Serra Talhada (Termo Judiciário de Sertânia)	05/06/2014

Presidente recebe homenagem



Stela Maris

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, recebeu, no dia 28 de abril, o diploma “Amigos do HNRE”, homenagem do Hospital Naval do Recife a entidades que contribuem para melhoria da prestação de serviços médicos da Marinha na cidade.

No ano passado, devido à substituição de sua frota de veículos, o TRT-PE doou viaturas ao Hospital Naval do Recife.

A cerimônia foi conduzida pelo capitão-de-Mar-e-Guerra e médico Carlos Alberto Meirelles Velho e fez parte da comemoração do 47º aniversário do Hospital Naval do Recife.

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-3225.3216
imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

Ivanildo da Cunha Andrade

VICE-PRESIDENTE

Pedro Paulo Pereira Nóbrega

CORREGEDORA

Virgínia Malta Canavarro

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Eneida Melo Correia de Araújo
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virgínia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira
Dione Nunes Furtado da Silva
Dinah Figueirêdo Bernardo
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino

Nise Pedroso Lins de Sousa

Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura
Mária do Socorro Silva Emerenciano
Sergio Torres Teixeira
Fábio André de Farias
Paulo Alcantara

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ayrton Carlos Porto Júnior

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyéjda Menezes Soares de Azevedo

REDATORES

Eugenio Pacelli / Mariana Mesquita
Helen Falcão / Fábio Nunes

REVISÃO

Eugenio Pacelli

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Elysangela Freitas

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Gilmar Rodrigues

ESTAGIÁRIA

Jaqueline Fraga

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora Liceu
(Tiragem: 1.500 exemplares)

VT de Salgueiro e Termo de Floresta aumentam a produtividade

As unidades obtiveram resultados expressivos em relação aos números apurados pela correição ordinária de 2013

A Vara do Trabalho (VT) de Salgueiro e o Termo Judiciário de Floresta alcançaram resultados bastante positivos em relação à Correição Ordinária realizada em outubro de 2013. O desempenho é fruto da dedicação dos juízes Ana Freitas e Adalberto Ellery, que aceitaram o desafio de melhorar a situação até então vivenciada naquelas unidades.

“A considerável melhora na situação em que se encontra esta Vara do Trabalho se deu graças ao empenho e dedicação dos magistrados e servidores que aqui atuam”.

Juíza Ana Freitas

Constatou-se, conforme observado no quadro abaixo, notória diminuição dos prazos médios para a realização de audiências e, também, melhora significativa do serviço de secretaria. Foram expedidos, entre outubro do ano passado e fevereiro deste ano, 513 alvarás de pagamento, liberando a Vara de Salgueiro aos beneficiários, assim, R\$ 3.380.558,00.

No período compreendido entre 13 de janeiro e 18 de fevereiro

deste ano, foram recebidas e juntadas 1.012 petições, realizadas 569 notificações e confeccionados 188 mandados de execução e cartas precatórias executórias. Além disso, houve expressiva redução do volume de processos que se encontravam pendentes de apreciação. Neste ponto, é importante destacar que além de alcançar a regularidade do gabinete de juiz, foram feitos mais de 700 despachos e decisões interlocutórias.

A evolução do setor de cálculo também merece destaque. Dos 217 processos pendentes de liquidação quando da realização da Correição Ordinária, restaram, ao final de fevereiro, apenas 21. Essa mudança foi possível graças à priorização das liquidações pendentes e às de sentenças líquidas proferidas pelos magistrados.

Ressaltando o empenho com o aumento da produtividade no Judiciário Trabalhista, é importante destacar, ainda, que no período de 18 de novembro e 19 de dezembro de 2013, os juízes Ana Freitas e Adalberto Ellery acumularam, além da jurisdição da VT de Salgueiro e do Termo Judiciário de Floresta, a da Vara de Serra Talhada e do Termo de



Equipe da Vara do Trabalho de Salgueiro comemora os bons resultados alcançados

Sertânia. Nesses 30 dias, foram realizadas 956 audiências, julgados 328 processos e celebradas 192 conciliações.

A evolução da produtividade das unidades de Salgueiro e Floresta corresponde ao trabalho em con-

junto da equipe, como destaca a juíza Ana Freitas: “A considerável melhora na situação em que se encontra esta Vara do Trabalho se deu graças ao empenho e dedicação dos magistrados e servidores que aqui atuam”.

Situação Processual		
	Durante a Correição (02.10.2013)	Atual (11.03.2014)
Tipos de audiência	Prazos médios (dias)	Dias contados entre o dia 11.03.2014 e a próxima data disponível na pauta
Sumaríssimo	126	30
Inicial	66	43
Instrução	190	124
Razões finais	162	124
Decisão	10	10

Cáculos		
	Situação (Correição)	Situação Atual
Liquidação	193	9
Retificação	9	2
Informação	2	1
Atualização	13	9
Total	217	21

Entrevista

DESEMBARGADORA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO · Nise Pedroso

Passado mais de um ano da chamada “PEC das Domésticas”, muitos dos direitos da categoria ainda aguardam por regulamentação



Stela Maris

A Emenda Constitucional 72, que ampliou os direitos dos trabalhadores domésticos, gerou expectativas e inquietações. Decorrido mais de um ano, como a senhora avalia seus efeitos?

É um tanto frustrante para a categoria das empregadas domésticas saber que, decorrido mais de um ano da aprovação da “PEC das domésticas”, ainda há vários direitos trabalhistas a serem regulamentados. E tudo isso porque, segundo notícia a imprensa, não há consenso entre a bancada feminina da Câmara dos Deputados e o autor da regulamentação, Senador Romero Jucá, sobre alguns pontos polêmicos

como, por exemplo, contribuição sindical e banco de horas. Há também divergências quanto ao valor da contribuição ao INSS e ao percentual do FGTS.

De toda sorte, é bom que se diga que as donas de casa estão mais conscientes de que devem estabelecer uma carga horária para a empregada, na forma do que dispõe a nova regulamentação.

O certo é que aquela relação informal entre patroa e empregada, que perdurou durante muitos anos, é assimilada hoje de outra forma. A sociedade lança um novo olhar sobre essa relação, sabedora que é das conquistas da categoria, visando à adaptação das condi-

ções de trabalho no dia a dia e tentando fazer valer, na prática, a efetivação dos direitos sociais, muitas vezes solapados pelos empregadores, não somente na área do relacionamento doméstico.

Ainda em relação à defesa da categoria, a Lei 12.964/2014, publicada no dia 09 de abril, prevê multa para os empregadores que desrespeitarem os direitos do trabalhador doméstico. O que muda quando ela entrar em vigor no dia 07 de agosto?

O desrespeito a um determinado direito trabalhista, além de provocar o descumprimento daquilo que foi acertado pelo contrato de trabalho, também acarretará uma infração de natureza administrativa com a correspondente sanção, o que se concretiza através das multas.

Na esfera do relacionamento doméstico, tivemos recentemente a publicação da Lei 12.964/2014, que prevê, quando cabível, a aplicação das sanções ao contrato de trabalho doméstico.

Destaco, no entanto, que foi vetado o artigo da lei em referência que previa que o valor das multas a serem aplicadas pelas Varas do Trabalho fosse revertido em benefício do trabalhador prejudicado. Assim, a multa de que tra-

ta a nova legislação tem caráter administrativo e, portanto, será destinada ao erário.

É preciso salientar que o padrão deverá anotar a Carteira de Trabalho do empregado, devolvendo-a, devidamente assinada, no prazo de 48 horas, fazendo constar: data de admissão, cargo ou função, salário contratado e posteriores alterações salariais, período aquisitivo, início e término de férias, data de desligamento do emprego, espécie de estabelecimento, bem como os dados relativos à identificação do empregador.

Nesse quadro acima delineado, quando a lei entrar em vigor, espera-se uma mudança de postura do empregador recalcitrante, amenizando, pelo menos, o alto índice de informalidade existente nessas relações.

A lei citada acima determina que aqueles que não fizerem as devidas anotações na CTPS poderão pagar multas ainda maiores. Até quanto pode chegar o valor da condenação?

O empregador que não registrar em carteira a contratação terá de pagar uma multa administrativa equivalente ao valor de R\$ 296,12, consoante tabela de multas administrativas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

TRT-PE investe em capital humano

Maior celeridade, transparência, qualidade da prestação jurisdicional, segurança. Os benefícios trazidos com a chegada do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJE-JT) são incontestáveis. Atividades operacionais típicas do processo físico serão superadas, ao passo que procedimentos que exijam maior qualificação intelectual surgirão. Tais mudanças, ainda que venham com o objetivo de provocar uma melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo Judiciário Trabalhista, podem vir acompanhadas de desafios a serem enfrentados por parte dos serventuários ou até mesmo de questões como a extinção de determinados setores.

Antecipando-se à transformação cultural decorrente da alteração do processo físico para o eletrônico, já esperada com a implantação da nova plataforma processual, o presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, solicitou à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGEP) a implementação de uma série de capacitações, com o fim de preparar servidores para a nova realidade. “Os cursos serão permanentes. A partir de análises das avaliações de competência, a serem feitas periodicamente, poderão se identificar lacunas de habilidades dos servidores,

possibilitando o oferecimento de uma formação direcionada a preenchê-las”, esclarece a diretora da SGEP, Eliane Remígio.

As capacitações ficarão a cargo do Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal (NPD) – e da Escola Judicial do TRT6 (EJTRT6), e atenderão a todos os perfis do quadro funcional: serão formadas turmas de nível básico, intermediário e avançado, de modo que sejam alcançados desde servidores lotados em setores que serão extintos com o advento do PJE até aqueles que, em razão do antigo modelo de trabalho, necessitem de qualificação que proporcione uma visão integrada dos trâmites que compõem o processo trabalhista.

“Tudo isso é investimento. Não há como prestar um melhor serviço aos jurisdicionados sem investir nas pessoas”, explica Eliane Remígio, complementando que, além de trazerem a visão do todo, imperativa à adaptação às novas rotinas procedimentais, as capacitações propiciarão a inserção dos servidores que serão lotados em novos setores com a instalação do PJE-JT.

As aulas da primeira turma – nível básico – começam no início de maio e trazem na programação disciplinas como Gestão de Mudanças, O Papel do Servidor Público no Contexto Atual, Atualização da Língua Portuguesa



Damião Galvão

“Os cursos serão permanentes. A partir de análises das avaliações de competência, a serem feitas periodicamente, será possível identificar lacunas de habilidades dos servidores, possibilitando o oferecimento de uma formação direcionada a preenchê-las”, esclarece a diretora da SGEP, Eliane Remígio.

com Ênfase na Produção Textual, Noções de Direito e de Processo do Trabalho, além, claro, de um módulo de PJE básico. A pós-graduação também começa em maio.

Especialização – Foi também com esse intuito que o Tribunal incentivou a inscrição em curso de pós-graduação em Direito Processual do Trabalho, com a concessão de bolsas de estudo disponibilizadas por meio do Programa de Bolsas de Pós-Graduação, coordenado pelo NDP. Promovida pela Astra e Faculdade Damas com a colaboração da EJTRT6, a especialização tem como público-alvo servidores de varas e gabinetes. A grade terá foco em assuntos ligados às atividades por eles desenvolvidas no dia a dia da prática processual, com ênfase nos problemas mais recorrentes.

Fórum decide criar rede de memoriais

Entre os dias 28 e 30 de abril, foi realizado, na Escola de Magistratura Federal da 5ª Região (Esmafe), em Recife, o 1º Fórum de Memória do Judiciário do Norte Nordeste, com o tema “Tecendo a rede de museus e centros de memória do Judiciário do Norte-Nordeste”.

Na abertura do evento, o presidente do TRT-PE, Ivanildo da Cunha Andrade, enfatizou a relevância da conservação do patrimônio do judiciário, destacando que preservar é condição essencial para manter viva a história da sociedade. Em seguida, o presidente do Fórum Nacional em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho

(Memojutra) e vice-presidente do TRT-PA, Luís José de Jesus Ribeiro, ratificou a importância do patrimônio do Judiciário.

Na terça-feira (29), houve reunião com representantes do setor para discutir a formação da rede e elaborar a carta de intenções. No mesmo dia, outros participantes fizeram visitas técnicas a instituições museológicas no Recife. O Fórum foi encerrado com a entrega da carta de intenções e palestra da professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Heloisa Fernandes, que contou com a presença da presidente da Comissão do Fórum e



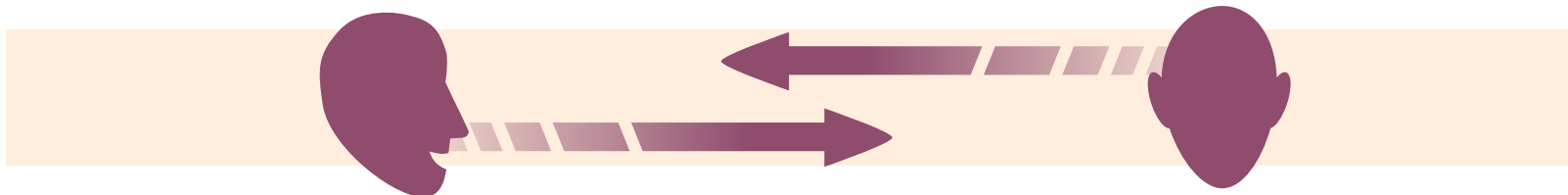
Elysangela Freitas

magistrada do TRT-PE desembargadora Eneida Melo.

A chefe do Núcleo de Gestão Documental e Memória do TRT-PE, Marcília Gama, disse que o evento foi um grande passo para a conservação da memória

do Judiciário. “Mais uma vez, Pernambuco, de forma pioneira e arrojada, foi o mentor da organização dos trabalhos. A carta de intenção agora será encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”, comentou.

Tribunal investe na comunicação institucional



Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), entendendo a necessidade de se promover a comunicação institucional, implantou, no início de abril, o Programa de Comunicação da Estratégia. O objetivo inicial é informar a todos os integrantes do Regional sobre as iniciativas estratégicas e propiciar o engajamento deles no desenvolvimento da estratégia adotada.

Com o programa, o Tribunal irá

divulgar as ações desenvolvidas para cumprir suas metas e demonstrará aos magistrados, servidores, usuários e cidadãos as metodologias e ferramentas administrativas utilizadas na busca da excelência em suas iniciativas. A perspectiva é que essa interação propicie aos servidores uma percepção mais ampla e sistêmica das ações organizacionais, influenciando a motivação, a gestão participativa e a

coesão do corpo funcional.

O programa compreende a divulgação semanal das atividades que concorrem para o aperfeiçoamento da instituição, empregando, para tal fim, todas as plataformas de comunicação utilizadas pelo Tribunal. Além disso, foi criado um canal de comunicação aberto para sugestões e dúvidas (age.comunicacao@trt6.jus.br) e está em fase de desenvolvimento

a inserção, no portal do TRT6, de um espaço exclusivo para veiculação de matérias sobre a Gestão Estratégica da 6ª Região.

A iniciativa é coordenada pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do TRT-PE. Além de estar alinhada à Recomendação à Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está em sintonia com o Planejamento Estratégico do Regional pernambucano.

Trabalho Seguro: foco no quadro funcional do TRT-PE

Para marcar o Dia Mundial da Saúde e Segurança no Trabalho, 28 de abril, o TRT-PE promoveu entre 22 e 28 desse mês a Semana do Trabalho Seguro. Tendo como público-alvo o quadro de pessoal do TRT, o evento foi coordenado pelos gestores regionais do Programa Trabalho Seguro e membros do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Prevenção de Acidentes de Trabalho da 6ª

Região, desembargador Fábio Farias e juíza Patrícia Brandão.

Foram realizadas palestras pelos servidores do Núcleo de Saúde do Regional, em Caruaru, Petrolina e no Recife. O assistente social Renato Pinto proferiu a palestra “Assédio Moral do Serviço Público”. Ana Cláudia Melo, odontóloga do Regional discutiu “Saúde Bucal x Qualidade de Vida”. As psicólogas Michele Rangel e Roberta Luna

apresentaram o “Programa de Saúde Mental”. “PCMSO: implantação e perspectivas”, foi o tema da médica Simone Aguiar. A fisioterapeuta Susana Bastos apresentou um estudo sobre “Perfil de hipertensão dentro do TRT6”.

Publicação – Em seu primeiro número, a revista Dialogar, editada pelo TRT-PE foi integralmente dedicada ao tema saúde e segurança do trabalhador.



Ação convoca a sociedade para acabar com o trabalho infantil



Material produzido para a campanha

O combate ao trabalho de crianças e adolescentes ganhou reforço em abril, com o lançamento, no

dia 15, da campanha “Trabalho infantil não é legal. Não compre”. A iniciativa mobiliza diversas ins-

tituições públicas e privadas para erradicar essa prática tão nociva, porém tão comum no Brasil.

Conforme o IBGE, quase 10% das crianças de Pernambuco trabalham. É que das 1.362.149 crianças e adolescentes da região, aproximadamente 134 mil estão em situação de emprego, limpando vidro nos sinais, vendendo pipoca nas ruas etc. O esforço busca o envolvimento de toda a sociedade para desestimular o consumo do que é vendido pelo trabalhador infantil. O que, a princípio, parece uma ajuda a um jovem pobre, é, de fato, um incentivo para mantê-lo longe da escola e de sua infância,

bem como de atrair outros para aquela situação.

A campanha também visa a desmistificar a ideia de que o trabalho precoce ajuda a formar adultos trabalhadores: “90% dos presos do extinto Carandiru foram trabalhadores precoces”, expõe a desembargadora do TRT-PE Valéria Gondim Sampaio, que alerta para perigos dessa realidade, como evasão escolar, baixo índice de escolarização, acidentes, exploração, dentre outros.

Além de não comprar bens e serviços de crianças e adolescentes, também é possível ajudar denunciando o trabalho infantil, por meio do Disque 100.

Inauguradas novas instalações do TRT-PE na Sudene

As áreas de Informática, Saúde e Treinamento do Tribunal ganharam novas instalações físicas no Fórum Advogado José Barbosa de Araújo, na Sudene, onde funcionam as 23 Varas do Trabalho do Recife. A solenidade de inauguração aconteceu no dia 25.

O presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo Andrade, abriu a cerimônia comentando que as reformas proporcionaram conveniência, rapidez e facilidade no atendimento aos magistrados e servidores do Fórum, possibilitando, assim, condições

dignas de trabalho, reciclagem e aprendizagem contínua para melhor atender à sociedade e ao jurisdicionado.

A nova sala de Informática, no primeiro andar do condomínio, vai abrigar parte da equipe da Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas. Trinta e três servidores da unidade vão trabalhar no local desenvolvendo e fazendo a manutenção dos sistemas do Regional. Nove permanecerão dando suporte no edifício-sede.

O Núcleo de Saúde (NS), localizado no primeiro andar do edifício,

conterá agora com dois consultórios médicos, dois consultórios odontológicos e uma área de enfermagem. As unidades de fisioterapia, psicologia e serviço social serão, temporariamente, ofertados no espaço localizado no sétimo andar.

No segundo andar do edifício, fica a área para Treinamento, com 156m², composta por um laboratório de informática com capacidade para 14 pessoas e sala de capacitação, com disponibilidade para 32 pessoas.



Desembargador Ivanildo Andrade, na solenidade de inauguração, ao lado da desembargadora corregedora, Virgínia Canavarro

TJC inicia visitas

Com o tema “50 Anos do Golpe Civil-Militar no Brasil”, o Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) deu início ao ciclo “Tira-Dúvidas”. No dia 15, o Programa visitou a Escola de Referência Padre Nércio Rodrigues, localizada na Linha do Tiro, no Recife. A instituição funciona em jornada integral atendendo mais de 230 jovens da comunidade.

Na ocasião, os alunos realizaram performances culturais, com apresentações musicais e teatrais, e os professores exibiram os projetos desenvolvidos na unidade educacional. Em seguida, os ma-

gistrados tiraram dúvidas sobre direitos e deveres trabalhistas.

O TJC é composto de três ciclos: “Implementação do Projeto e Período de Formação” (fase de capacitação dos docentes), “Tira-Dúvidas” (período de visita às escolas) e “Culminância” (encerramento do programa). Este ano, o Programa visitará mais cinco instituições, atingindo cerca de 2.400 alunos. Desde 2005, já foram atendidos aproximadamente 35.000 jovens de mais de 40 escolas do Recife e capacitados mais de mil gestores e docentes.

E-mail oficial

No final de abril, o TRT-PE determinou, por meio do ato TRT-GP nº. 111/2014, que o correio eletrônico institucional é o meio de comunicação oficial do Regional. A partir de então, todas as comunicações internas serão enviadas via e-mail, salvo as que exigirem meio físico. O servidor deverá consultar ao menos uma vez por dia sua caixa de correio, sendo considerado ciente do conteúdo mediante confirmação de recebimento ou após decorridos cinco dias. Nos casos de mensagens da Presidência ou Corregedoria identificadas como urgentes, o usuário será tido como ciente após 48 horas.

Boas práticas

O Tribunal apresentou três projetos no I Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho, realizado nos dias 27 e 28, em Alagoas. Foram exibidos os projetos: “Capacitação no PJE-JT”, elaborado pela Escola Judicial (EJTRT6), que treinou servidores na utilização do sistema; “Programa de Saúde Mental”, implantado pelo Núcleo de Saúde, com o objetivo promover ações para a saúde mental e emocional dos servidores e “Catalogação de Dissídios Coletivos”, criado pelo Núcleo de Gestão Documental e Memória.